

04 NOV 1991

# O grito de alarme

GLOBO

MILTON TEMER

**D**omingos Cavallo, arquiteto das finanças argentinas, virou assunto destacado nos principais meios de comunicação brasileiros por conta do ousado plano de dolarização da economia argentina.

E pena que sua entrevista recente ao jornal "Clarín", que somente O GLOBO noticiou na edição de terça-feira, não tenha merecido a mesma repercussão, por parte dos nossos principais colonistas e analistas do quotidiano. Pena, porque o ali dito é muito mais importante para nós do que a dolarização que, até por falta de reservas, nunca vamos implementar oficialmente por aqui.

Mas dá para entender o silêncio. Os que, dias antes, transformaram a privatização da Usiminas em fronteira entre a "modernidade", dos que estavam a favor, e o "atraso", dos que estavam contra, não tinham por que recuperar e repercutir a denúncia de Cavallo.

Afinal, como iam explicar a seus travezeiros que o recente pagamento **cash** de US\$ 2 bilhões de juros de nossa dívida — o dobro, mas em divisas reais, daquilo que a "privatização" da Usiminas rendeu em papéis "podres", sem valor correspondente de mercado — é uma das razões concretas da crise aguda que o Brasil atravessa, segundo a crítica feita por Cavallo?

Isso mesmo; o ministro argentino reclamou porque nossa atitude subserviente diante dos banqueiros estrangeiros — sem nenhuma retribuição que justificasse a negociação — veio criar problemas para a Argentina que, desde 88, não pagava um tostão, e agora começa a se ver pressionada. E não pagava, sem alarde. Sem retumbantes discursos como o de Collor na abertura da Assembleia Geral da ONU — quando denunciou a perversidade dos mecanismos da dívida para, na prática, e na surdina, a ela se submeter.

Ou seja: essa denúncia só veio reforçar o que há muito vem sendo de-

nunciado pelos "dinossauros": diante das três dívidas — a externa, na ordem dos US\$ 120 bilhões, segundo os "credores"; a interna, com fornecedores, empreiteiras e títulos do Governo, batendo os US\$ 57 bilhões; e a social, calculada pelo plano do competente e insuspeito Paulo Rabello de Castro em torno de US\$ 300 bilhões (por conta de recessões, perdas salariais e outras **cositas más**), apenas na década de 80 — nossos ministros(as) economistas de plantão nunca vacilaram. Só tentaram manter em dia a primeira.

Estão aí dados oficiais para confirmar — de 80 a 88, foram quase US\$ 90 bilhões de divisas vivas, obtidas por festejados superávits de balança comercial, exportadas apenas para pagamentos de juros e serviços da dívida externa que, no mesmo período, passava de 64 para 110 bilhões de dólares.

Se não for convincente esta informação, vale recorrer a outra, de fonte insuspeita — o próprio Presidente Collor, na sua última, e já muito citada entrevista coletiva aos principais editores do País, informando que, **apenas nos últimos cinco anos**, havíamos enviado US\$ 54 bilhões a mais do que havíamos recebido do exterior.

Não há nenhuma novidade nisso. Recentemente, o FMI publicou relatório que a revista conservadora francesa "Le Point" detalhou, revelando: entre 1975 e 1985, período mais evidente da recuperação e crescimento da economia européia, o Terceiro Mundo havia exportado US\$ 250 bilhões em divisas para o Primeiro Mundo.

Sem negar o desenvolvimento tecnológico e a eficácia da produção dos países industrializados, este financiamento dos países pobres no benefício dos ricos não é divulgado com a devida importância na história dessa década.

Tudo isso é para levar o paciente leitor a concluir que não se trata de entrar no óbito demagógico das "perdas internacionais", mas, sim, provocar a reflexão sobre a questão da mudança de prioridades como eixo de uma nova política de real entendimento para a saída da atual crise no Brasil.

Sob que prisma? Imagine-se, o leitor, diante da possibilidade de administrar um pequeno negócio de venda de doces. Para instalá-lo, em algum momento, recorreu ao agiota disponível. Chega o momento de crise. Os negócios caem. Há dinheiro para pagar a apenas um credor a curto prazo. O outro fica para depois de amanhã. Numa ponta da mesa, está o agiota, sedento de juros. Do outro, o pequeno fabricante de tortas. Quem tem a prioridade?

É evidente que o fluxo de tortas tem que ser mantido, pois nele está o que se vende para gerar recursos que, a médio prazo, e com os negócios sendo retomados, permitirão o cumprimento dos compromissos com o agiota.

O que fez a tecnocracia do Governo, pressionada pelos influentes sócios internos de nossa "dívida externa", ao longo da última década? Preferiu pagar o agiota, mesmo depois de ele interromper o fluxo de novos recursos. Com isso, expulsou da loja os que lhe faziam a torta, e, agora, está entregando o próprio botequim, sem ver a "dívida" diminuir.

Enquanto é tempo, e levando em conta as preocupações do ministro argentino com a extensão da crise brasileira ao Mercosul, não valeria a pena saldarmos uma parte da dívida social, como forma de recuperar o mercado interno, indiscutível gerador e multiplicador de riquezas, para que, aí sim, nos transformássemos em terreno atraente para quem, de fora e em busca de mercado novo, quisesse investir?

Pensar nisso, no Brasil de hoje, que as últimas pesquisas científicas dignas de crédito revelam ser um país onde 23% da renda e 53% do patrimônio se concentram nas mãos de um por cento da população (ou seja, um milhão e meio dos cento e cinquenta milhões de brasileiros), não é apenas clamar por justiça. É, talvez, dar o grito que impedirá o barco de naufragar, levando para o purgatório os 100% da população. Ricos ou pobres.

Milton Temer é jornalista e dirigente do PT-RJ.